



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

DIA DA CULTURA

Palácio do Planalto
5 de novembro

A criação das novas fundações para o livro, para as artes cênicas e para o cinema representa uma revolução e uma reforma na estrutura cultural do País.

26 de setembro — Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, existem atualmente no Brasil 30,5 milhões de analfabetos, sem contar as crianças de menos de 5 anos. Desse total, a metade se encontra no Nordeste.

5 de novembro — A empresa automobilística Autolatina (Ford mais Volkswagen), desrespeitando a tabela oficial autorizada pelo governo, majora por conta própria e sem aviso prévio todos os seus produtos.

O Dia da Cultura é ocasião para refletirmos sobre a identidade brasileira, uma identidade que nasce da pluralidade, da multiplicidade, dos muitos brasis. Mas uma identidade que, ao mesmo tempo, nos faz todos brasileiros, do Norte ou do Sul, qualquer que seja nossa raça, nossa classe e nossa origem, a mesma pessoa.

Pensar a cultura é pensar essa identidade e, sem dúvida, pensar o Brasil.

O Dia Nacional da Cultura é também o aniversário de nascimento de Rui Barbosa. Associamos Rui Barbosa à cul-

tura nacional não por ter sido ele um dos homens mais ilustrados de nossa história. Sua ilustração fazia, inclusive, descrever da cultura como um acúmulo de erudição.

Ele, que era um sábio, dizia que só o saber da aparência crê e ostenta saber tudo, pois o saber de realidade, quanto mais real mais desconfia, assim, do que vai aprendendo, como do que elabora. Enxergava a expansão do conhecimento não apenas como resposta e soluções, mas também como estímulo para novas questões e para novos problemas.

Afirmava, em sua *Oração dos Moços*, que sobre os mestres, os sábios e os estudantes, de agora, pensam mais montanhas de questões, problemas e estudos, que os que há três ou quatro séculos, abrangiam o saber humano. Sobre tudo, não se considerava ele um homem de cultura, naquele sentido que, às vezes, atribuímos a esta expressão, o daquele que já sabe muito, que adquiriu grandes conhecimentos. Numa lição de humildade, ele, que era grande mestre, dizia: «Estudante sou, pouco mais sei do que saber estudar e saber como se estuda».

Mas ninguém melhor do que Rui Barbosa para simbolizar este Dia Nacional da Cultura, pois ele passou a vida a refletir sobre o Brasil. E sua contribuição jurídica e política se confunde com a própria tradição do nosso País.

A lei que hoje sanciono, criando uma fundação para o livro, uma fundação para as artes cênicas, e uma fundação para o cinema, dá bem a medida da filosofia que preside a própria reforma administrativa do Governo. Uma reforma que não se esgota em poucos atos, mas exige constantes e perenes aperfeiçoamentos. Estamos criando três fundações que levarão a novas políticas e à revitalização de setores fundamentais da cultura brasileira.

Estamos, ao mesmo tempo, imprimindo maior racionalidade administrativa, dando mais organicidade às ações do Ministério da Cultura e agilizando seu trabalho.

A criação da Fundação Pró-Leitura vai permitir o surgimento de uma nova política para o livro brasileiro. Ela disporá de uma rede compreendendo todo o território nacional, e nós todos sabemos do papel transformador do livro e do seu caráter essencial na educação.

Instituições como o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional, antes abrigadas na Fundação Pró-Memória, passam a contar com o instrumento executivo próprio, com a implantação de um sistema abrangente e nacional.

Com a Fundação Nacional de Artes Cênicas, antiga aspiração de muitos setores artísticos, criamos, de direito, o que em grande medida existia na prática, com o Instituto Nacional de Artes Cênicas.

Mas vamos poder aperfeiçoar a presença no Estado e a participação da sociedade na dinamização desse setor.

A Fundação do Cinema Brasileiro será um órgão de cultura voltado para o cinema e a sua difusão. Trata-se, nesse caso, de reorganizar e aprimorar os mecanismos pelos quais o Estado define a política cinematográfica e participa na produção de filmes.

O Estado poderá concentrar sua ação numa política nacional de cinema que privilegie a qualidade, em que haja maior oportunidade para todos.

Enquanto a Fundação do Cinema Brasileiro será o órgão do Governo voltado para a política cinematográfica e de difusão do cinema nacional, a EMBRAFILME poderá dedicar-se à atividade comercial, voltada principalmente para a distribuição. Nossa intenção é, inclusive, privatizá-la pouco a pouco.

Temos aberto a cultura cada vez mais à participação da sociedade, daqueles que estão envolvidos com o pensar e o fazer cultural em nosso País, uma participação que ocorre através de vários conselhos consultivos e comissões de assessoramento, e que será ampliada com a criação dessas fundações.

O Ministério da Cultura tem a regência de uma política que, em grande medida, cabe às fundações executar. Elas serão o braço direito das realizações na área da cultura. A criação do Ministério da Cultura, antiga aspiração da sociedade brasileira, foi levada adiante sem qualquer hesitação, pois sempre entendi que a cultura está na base de nossa formação histórica.

Agora, o ministério dispõe de grande instrumental capaz de provocar no País um novo renascimento. Tem a Lei de Incentivos à Cultura, e tem, hoje, o instrumental da reorganização que agora é processada.

Conseguimos, com isso, trazer a cultura à mesa das decisões nacionais. Criamos instâncias de diálogo que fornecem as bases de uma política cultural. A sociedade industrial — tenho dito algumas vezes — é uma sociedade que cria bens materiais, ela não se preocupa com os bens espirituais. Na mesa do planejador, até há pouco tempo, não estava a cultura. Mas, a partir destes anos de governo, com a criação da Lei 7.505, e com os desdobramentos que estamos tendo através das ações desenvolvidas pelo Ministério da Cultura, não temos nenhuma dúvida de que a cultura passa a se inserir dentro da sociedade brasileira, tendo o seu lugar, como deve ter, fundamental.

Dentro da filosofia do Governo, o Ministério da Cultura não surgiu para tutelar a cultura, nem para praticar a ingerência cultural, mas, ao contrário, para imprimir maior dinamismo ao trabalho cultural e para promover a emancipação da cultura nacional.

Diante de uma produção cultural espontânea e dinâmica, o ministério vem, não para promover benesses, mas para permitir a participação. Não para exercer controles, mas para ajudar a liberar a criatividade.

Uma das grandes preocupações governamentais tem sido a preservação do nosso patrimônio cultural, que não deve ser entendido apenas como monumento, mas que compreende o conjunto de todas as nossas manifestações culturais.

Há poucos dias, quando aqui estive o senhor André Fontaine, tivemos a oportunidade de fazer um debate para a televisão francesa. E a primeira coisa que ele me perguntou foi se existia uma cultura brasileira.

E eu lhe respondi que a cultura brasileira era formada de várias culturas brasileiras, porque dentro da diversidade estava uma unidade muito grande e dessa unidade nascia, sem dúvida, a nossa identidade cultural.

E, junto com essa preservação, temos que dar vazão à nossa criatividade cultural. Mas uma e outra coisa estarão comprometidas, se não tivermos meios, instalações adequadas, equipamentos e espaços culturais. É isso que estamos procurando favorecer, incentivando a participação da própria sociedade.

Foi com essa filosofia em mente que sancionei, no ano passado, a lei que correspondia a antigo projeto meu de parlamentar, e que hoje cumpre uma grande finalidade.

Ela visou, sobretudo, a permitir que o cidadão e a sociedade tenham um novo empenho pela cultura. Que sejam, não apenas consumidores, muitas vezes passivos, mas também investidores na cultura.

Estamos, com isso, aprimorando mecanismo de parceria entre Estado e sociedade, que recusa todo tipo de proteção ou de paternalismo.

O Ministério da Cultura e os órgãos que estamos criando, sem qualquer expansão burocrática, vieram, na realidade, modernizar o corpo dessas instituições que são voltadas para o trabalho cultural. Modernizar, preservando o que há de melhor naquilo que foi construído ao longo de décadas.

O que se faz é nada mais que aperfeiçoar instituições que são um patrimônio de nossa nação e cuja tradição é motivo de orgulho para todos nós.

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional completa 50 anos. O mesmo ocorre com o Instituto Nacional de Artes Cênicas, originado do Serviço Nacional de Teatro, criado em 1937. Também completa 50 anos o Instituto Nacional do Livro, que agora estará integrando a Fundação Pró-Leitura, junto com a mais antiga instituição do quadro do Ministério da Cultura, que conta 177 anos: a Biblioteca Nacional, criada em 1810.

Também devemos lembrar que, no próximo ano, o Arquivo Nacional completa 150 anos.

Eu quero, nesta oportunidade, dar os parabéns ao ministro Celso Furtado, render-lhe o meu agradecimento pela maneira com que, através de um trabalho eficiente e discreto, ele tem sabido imprimir ao Ministério da Cultura

uma gestão modernizadora e dinâmica, marcada por inovações e resultados. Ele tem conseguido mostrar que a eficácia não depende de uma grande estrutura burocrática.

Mais uma vez, desejo reconhecer que o Ministério da Cultura terá na sua história, não somente a sua fundação, mas a presença do professor Celso Furtado como o seu momento mais decisivo.

Nosso desenvolvimento econômico, nosso desenvolvimento social, nosso aprimoramento moral e político passam pela cultura.

Como escritor e como Presidente da República, imensa é a minha satisfação ao poder marcar este dia com atos que se inscrevem dentro dessa política de total emancipação cultural.

Dizia Malraux que a cultura não se herda — ela se conquista.

E outro dia, quando nos visitou Alain Peyrefitte, eu e o professor Celso Furtado lhe ouvimos a expressão de que cultura era tudo.

E Malraux também dizia que cultura é aquilo que permanece depois que tudo desaparece. É que ela tem o sentido da permanência.

Acrescento que esta conquista deve ser permanente, pois será obra inacabada.

Ela deve estar aberta a todos, pois, ao aumentarmos o acesso, melhoramos também a qualidade. E, embora caiba ao Estado ajudar a abrir caminho, ela será obra da Sociedade, mais do que obra do Estado.